



ACÓRDÃO Nº 644/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11077/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Manoel Jerônimo Portela (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Luciana Coimbra da Rocha - OAB/AM N. 2962, Luciene Helena da Silva Dias - OAB/AM 4.697.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2155/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Multa. Determinação.
Recomendação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá, referente ao Exercício de 2016, sob responsabilidade do **Sr. Manoel Jerônimo Portela**, Presidente da Câmara Municipal à época, nos termos do art. 1º, II e art. 22, III, "b" da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 5º, II, da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Manoel Jerônimo Portela**, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá exercício 2016, no valor total de **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pela Resolução n. 04/2018-TCE/AM, devido às graves restrições não sanadas dos itens 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 ("a", "b" e "c"), 13 ("b", "c" e "d"), 14, 15 do voto;

10.2.1. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável proceda com o recolhimento da multa para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício



ACÓRDÃO Nº 644/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do Controle Externo - FAECE, devendo a responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, "a" da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.2.2. Autorizar a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

10.3. Determinar ao atual gestor da Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá que se atente com maior rigor ao disposto no *caput* do art. 48, no art. 48-A, inciso I, e no art. 55, §2º da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como, nas disposições da Lei de Acesso à Informação - Lei Federal n. 12.527/2011;

10.4. Recomendar ao atual gestor da Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá, que implemente o serviço de informação ao cidadão conforme disposto no art. 9, I, "a", "b" e "c" da Lei n. 12527/2011 - Lei de Acesso à Informação-, e que proceda ao controle de frequência de todos os servidores comissionados, através de controle formal e diário da frequência.

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Julho de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral